

---

# SER Social

DESIGUALDADE, MUNDIALIZAÇÃO  
E POLÍTICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

Brasília, v. 22, n. 47, julho a dezembro de 2020

---

## O contemporâneo e os novos coletivos de mulheres

*The contemporary and the new collectives of women*

Iraildes Caldas Torres<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a emergência de novos coletivos de mulheres no tempo contemporâneo, com o propósito de verificar suas expressões, modo de ser e estar, organização sociopolítico-cultural e peculiaridades de seu aparecimento na cena contemporânea. Os anos 2000 marcam a efervescência de novos grupos de mulheres que se apresentam de forma espontânea e ao largo da nucleação tradicional do sujeito mulher. O trabalho de campo assumiu o aporte das abordagens qualitativas, junto a uma amostra de 05 coletivos de mulheres que se organizam em Manaus, no Amazonas. Dentre os múltiplos aspectos constatados ficou claro o fato de esses novos coletivos se distanciarem da política tradicional dos movimentos feministas que marcaram a luta reivindicativa do século XX. Comprova-se, enfim, que estes novos

---

1 Graduada, doutorada e pós-doutorada em Serviço Social, professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: iraildes.caldas@gmail.com.

coletivos de mulheres se expressam em meio ao ativismo de gênero, por intermédio da arte e da cultura.

**Palavras-chave:** novos coletivos; mulheres; ativismo.

**Abstract:** This paper presents the results of a research about the emergence of new women's collectives in contemporary time, with the purpose of verifying their expressions, way of being and being, socio-political-cultural organization and peculiarities of their appearance in the contemporary scene. The year 2000 marks the effervescence of new groups of women who present themselves spontaneously and away from the traditional nucleation of the woman subject. The fieldwork assumed the contribution of qualitative approaches, together with a sample of 05 women's groups organized in Manaus, Amazonas. Among the many aspects found, it was clear that these new collectives distanced themselves from the traditional politics of the feminist movements that marked the claiming struggle of the 20th century. Finally, it is proven that these new women's collectives express themselves in the midst of gender activism through art and culture.

**Keywords:** new collectives; women; activism.

## Introdução

A esfera pública, como o lugar da grande política, é o espaço de construção das lutas sociais, na qual irrompem coletividades identitárias. A construção da identidade e a afirmação da cidadania de segmentos sociais, que se deparam com o vilipêndio de seus direitos e opressão em sua condição humana, constituíram-se no empreendimento significativo de organização política no século XX, chegando ao novo milênio, com novas expressões.

Foi, pois, nesse processo de construção e afirmação da cidadania,<sup>2</sup> que as mulheres se constituíram como sujeito na luta contra o domínio do patriarcado.

---

2 O conceito de cidadania não é unívoco, é polissêmico e ambivalente. A tradição filosófica ocidental empenhou-se em demonstrar que os direitos do homem e do cidadão têm sua origem na vontade divina, na ordem do mundo, na razão e na natureza das coisas. Estar-se-ia diante da teoria jurisnaturalista articulada pelo ideário iluminista que deu fundamento aos direitos humanos pós-Revolução Francesa.

A cidadania constitui-se no horizonte basilar de emancipação do ser social, é *status* de reconhecimento do cidadão<sup>3</sup> enquanto sujeito de direitos e deveres. No processo de organização política da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e de outros organismos de resistência, a luta tem sido o grande instrumento na construção da cidadania.

Deve-se reconhecer, com efeito, que “a cidadania, por ser um conjunto de direitos e obrigações, é um contrato social que varia com o tempo” (GOHN, 1997, p. 40). É o que indicou a conjuntura histórico-política dos anos 1990 ao conjunto das organizações sindicais e aos movimentos sociais, quando o neoliberalismo acenava com ações desastrosas de perdas de direitos. Havia, pois, naquele momento, necessidade de mudanças no *modus operandi* da cidadania brasileira, no sentido de efetivar uma ação política propositiva, com agenda avançada, que permitisse fazer frente ao projeto dominante que buscava desarticular e esvaziar as organizações dos trabalhadores na esfera pública.

O tempo contemporâneo, sobretudo a partir do crepúsculo do século XX e início dos anos 2000, marca a efervescência de novos grupos de mulheres que se expressam de forma espontânea, e ao largo da nucleação tradicional dos movimentos de mulheres que se puseram historicamente na cena política do feminismo. Aparecem, no cenário nacional e mundial, a Marcha das Vadias, as *Femens*, as Católicas pelo Direito de Decidir, as jovens do “Eu Escolhi Esperar” e até uma voz isolada da jovem Malala Yousafzai, que empreendeu a luta pelo direito à educação para as meninas do Paquistão. Voz isolada que retumbou no mundo, formando um grande coletivo humanitário em favor das mulheres.

Estes grupos são inaugurais, protagonistas de um novo tempo e prenhe de novidade sem, necessariamente, possuírem estruturação

---

3 Os direitos do cidadão eram vistos como direitos naturais, transpostos para as comunidades políticas, sob a forma de direitos positivos, o que lhes asseguraria o princípio de sua validade. Essas asserções, diga-se, embora ajuízem o direito positivo, perdem substância frente aos argumentos assumidos neste estudo. É necessário advertir, porém, como faz Bobbio (1992), que a cidadania é uma ação política ou um conjunto de atividades que tem de algum modo, como termo de referência, as lutas sociais, o poder e o Estado.

partidária e ideológica, dando primazia a pautas temáticas e bandeiras de expressão cultural, no âmbito do ativismo de gênero. Trata-se de um movimento contemporâneo, que “favorece infalivelmente a emergência de um forte sentimento coletivo” (MAFFESOLI, 2014, p. 18). Estamos diante de um *kairós* ou de um tempo oportuno, do agora, protagonizado pelas subjetividades rebeldes e transgressoras, que lutam pelos direitos das mulheres frente às políticas neoliberais que tendem a retirar as conquistas obtidas pela cidadania feminina, sobretudo no âmbito do trabalho<sup>4</sup> e da Previdência Social. Mas, não só isso, estes movimentos assumem também uma tendência de protagonismo cultural bem definido.

Poder-se-ia dizer que o contemporâneo é evocativo de um tempo de ressurreição das turbulências, ou melhor, de instauração de subjetividades atormentadas. A modernidade com as argúcias da razão, não resolveu a angústia da existência (quem sou eu), não respondeu às indagações sobre a felicidade e nem sobre os males que atingem a humanidade. São humanas questões que ressurgem com força, estruturando novas formas de expressão do sujeito, em sua organização e pertença.

Este estudo assume o propósito de verificar estas novas configurações grupais, no âmbito de coletivos de mulheres, dando especial relevo à expressão político-cultural e sua articulação em rede. O trabalho de campo foi realizado junto a uma amostra de 5 representantes de coletivos de mulheres, criados a partir do ano 2000, e 2 representantes de entidades feministas mais antigas que, historicamente, têm encampado a luta das mulheres na cidade de Manaus, a saber: o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e o Fórum Permanente de Mulheres de Manaus. Ouvimos, também, uma estudiosa da temática de gênero. A entrevista profunda, sugerida por Bourdieu (2012), foi a técnica utilizada na captura dos dados.

---

4 Indiscutivelmente a cidadania é, em acepção moderna, um direito construído pelos trabalhadores no contexto da contradição capital/trabalho. Ou seja, é uma construção social travejada pelo trabalho, como direito. O direito ao trabalho é uma conquista da humanidade. O chamamento de Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, de 1848, expresso no grito “trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos”, é um constructo universal, humanizador e civilizador.

Registre-se, ademais, que este tema traz significativa contribuição aos estudos de gênero que temos desenvolvido nas últimas décadas e que, certamente, será bem recepcionado pelos movimentos sociais de mulheres que estabelecem interlocução com estes novos coletivos.

### **Novos coletivos de mulheres: entendimento e aproximações reflexivas**

Discutir o tema dos novos coletivos humanos, que emergem no tempo contemporâneo, supõe abrirmos um debate em torno de questões que ressurgem, com força e vitalidade, numa era antropocena. Estamos vivendo, por assim dizer, uma rapsódia da juventude, a saga de uma *poiesis* que se reencanta de forma intensa e desregrada. Poderíamos pensar numa espiritualidade da carne e uma carnavalização do espírito. Estamos falando de um contemporâneo que não está associado só ao tempo cronológico, mas também como uma perspectiva societal, em cujo dorso o sujeito se põe abrindo desvios, rotas de fuga, em busca do devir. Contemporâneo é aquele que assume um desregramento ecológico, rizomático.

Deleuze e Guattari (1994), ao conceberem a perspectiva rizomática do conhecimento, não estão pensando num conhecimento das profundezas,<sup>5</sup> mas num conhecimento cujas bases estão na superfície, com filigranas e pequenas espessuras. Trata-se de um tipo de conhecimento que abre picadas, instaurativo e ecológico, que se põe na esfera do platô, que é um planalto, mas é plano. Não estamos mais diante da árvore com caule e raízes profundas, não é mais o conceito do arborescente, mas do rizoma, um conhecimento que se encontra no meio da árvore, podendo-se, enfim, falar de um entremeio. A propósito disso, destaca Deleuze (2006, p. 17), “eu faço, refaço e desfaço meus conceitos a partir de um horizonte móvel, de um centro sempre descentrado, de uma periferia sempre deslocada”.

Há uma persistente e forte heterogeneidade formada por relações fluidas, virtuais, com a presença de objetos de estudos híbridos,

---

5 O conhecimento construído pelos gregos é de raiz, assenta-se nas profundezas, alegoricamente comparado a uma árvore de raízes profundas e ramificadas.

deslocados e arquetipicamente ecológicos. É justamente na nervura desta rede heterogênea que podemos verificar a existência de manifestações que “demonstram que é possível fazer política de outra maneira, não formal, nas ruas, com vozes e corpos presentes e suas ressonâncias. Agindo assim, eles quebram o silêncio da aparente apatia e mobilidade sociopolítica”. (GOHN, 2014, p. 14).

A vida, que parecia opaca no final do século XX, “retoma força e vigor. Nova juventude, a da criança eterna. Nova sabedoria [...]. Estamos diante de uma grande distância entre a cantiga moderna da política, do progresso e as tribos, um pouco selvagem [...] em encantamento” (MAFFESOLI, 2003, p. 13). Os jovens vivem um momento gregário do estar-junto, um sujeito coletivo que busca viver numa comunidade emocional, distanciando-se da individualização. Esta é, pois, a pedra de toque dos novos coletivos de mulheres que se põem no dorso do contemporâneo, o gregarismo como lugar de fala, roda de conversa, numa busca de si e do outro como significado de vida. Uma das mulheres ouvidas nesta pesquisa, chama a atenção para o fato de que “as pessoas não entendem que, para avançar, é preciso agregar, ouvir o outro, aquele que pensa diferente de mim”. (Violeta,<sup>6</sup> 45 anos, entrevista, 2018).

Esses grupos sociais estabelecem relações de interseccionalidade com a comunidade emocional, assinaladas por Weber (1999). No tempo de Max Weber, já no primeiro quartel do século XX, a comunidade emocional era uma realidade inexistente, utópica, e que, hoje, pode concretizar-se em situações como aquelas das tribos urbanas ou neotribalismos urbanos, que buscam respostas para o viver bem, dando significação à existência. Para Agamben (2010, p. 15), “o viver deve se transformar em viver bem, e aquilo que deve ser politizado fosse desde sempre a vida nua”. A vida nua tem, na política ocidental, este singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a cidade dos homens.

---

6 Os sujeitos desta pesquisa são nomeados com o codinome de pedras preciosas para salvaguardar o anonimato de suas identidades.

Santo Agostinho (354-430), filósofo que oferece uma síntese do período da Patrística<sup>7</sup> com o tratado sobre *A cidade de Deus*, expõe as grandes questões da humanidade e do sujeito. Mostra o homem em busca do bem comum, daquilo que poderíamos chamar de cidadania, vivendo a radicalidade da vida nua como *homo sacer*.<sup>8</sup> A fala de Violeta, participante desta pesquisa, está dentro de um campo do perspectivismo em que o outro expõe seu saber, a partir da *difference* (DERRIDA, 2001). Ela reafirma o fato de que é preciso ouvir o outro, “aquele que pensa diferente de mim” (entrevista, 2018). É preciso não só ouvir o outro, perceber sua dor, seu sofrimento, como também é necessário traduzi-lo, permitindo uma relação ética, respeitando as diferenças.

Um mundo diferente é proposto, a partir da perspectiva do estar junto, um gregarismo assimilado pelos novos coletivos de mulheres que buscam encontrar respostas para problemas que angustiam a humanidade, envolvendo as questões de gênero como o estupro, a violência doméstica, o aborto, o assédio sexual, enfim, as desigualdades de gênero.

Interessante perceber que este protagonismo se circunscreve no contexto da subjetividade política do sujeito, “mas também pessoal, social e cultural. Luta-se pela democracia participativa, diferentemente dos velhos movimentos que lutavam pela cidadania na democracia representativa” (SANTOS, 2008, p. 146). De acordo com esta mesma autora:

Os protagonistas não são as classes sociais, mas grupos sociais, ora maiores, ora menores, com interesses coletivos e algumas vezes muito localizados. As formas de exclusão e de opressão contra as quais lutam não podem ser abolidas apenas com a concessão de direitos, pois suas exigências não se limitam aos direitos abstratos e universais. Podem lutar pela abertura de uma creche, ou escola, pela construção de uma usina nuclear. São movimentos que ocorrem na dimensão da sociedade civil. As relações com o

---

7 Período do Cristianismo Antigo conhecido como a era dos padres doutores da Igreja.

8 Ver Agamben, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (2010).

poder público podem ocorrer ou não. Mas não são mais de subalternidade. (SANTOS, 2008, p. 147).

O termo protagonismo é originário da Grécia Antiga e se assenta em dois núcleos fundantes: *prota* (principal) e *agonista* (lutador). Era acionado para designar o lutador principal de um torneio; utilizado também para referir-se aos atores principais de uma peça teatral ou de um texto literário. Atualmente o termo é evocado para se referir às múltiplas formas de manifestação e expressão de grupos sociais que se põem na esfera pública como novos sujeitos.<sup>9</sup>

O protagonismo utilizado neste estudo não tem a intenção de substituir o conceito de cidadania, mas de reafirmar que “a noção do novo sujeito histórico, povo, um dos eixos estruturantes do movimento popular, reformulou-se, assim como deu novos sentidos e significados às suas práticas” (GOHN, 2011, p. 24). Em sentido amplo, o protagonismo de grupos e segmentos sociais é reconhecido em virtude da sua independência e autonomia, que se traduz em participação coletiva, frente às ações de exploração do capital e contra todas as formas de opressão.

É este o cenário dos novos coletivos de mulheres, objetivo desta pesquisa, aqueles que assumem o descentramento sem perder o significado político da luta. São grupos sociais que se aproximam e estabelecem interseção com as comunidades emocionais, como sinalizamos anteriormente. A comunidade emocional, concebida por Weber (1999), assume aspecto efêmero, uma composição cambiante, com inscrição local. Sua principal característica é a ausência de uma organização e estrutura, seus membros não dispõem de espaço para seus encontros, não comporta hierarquização, não tem poderes instituídos, passam longe dos enrijecimentos institucionais. Não obstante, engendram estratégias capazes de arregimentar seguidores em torno de interesses comuns, no interior das sociedades onde se inserem.

No tempo contemporâneo, que engendra grandes mudanças nas sociedades ocidentais, busca-se construir novas formas de exercício do ativismo. Surgem formas organizativas que se voltam para a cons-

---

9 É sugestivo, a este respeito, a leitura de Gohn (2014).

trução de diálogos no campo das lutas sociais, com socialização de culturas, informações e trocas em redes, para fazer frente aos problemas enfrentados no cotidiano da vida. Trata-se de coletivos que se organizam para exercer um protagonismo socioeducativo, expresso num ativismo que assume formas diferentes daquelas assumidas pelas lutas sociais feministas.

O modo como as pessoas se relacionam com a história e com o real, de modo geral, estatui sentidos, podendo-se, então, reafirmar o fato de os coletivos de mulheres constituírem-se em grupos que surgem, a partir do forte sentimento de contrapor a ordem vigente de uma sociedade patriarcal, violenta e preconceituosa, estabelecendo estratégias de ação, traduzidas em bandeiras de luta. Busca-se empreender um protagonismo com novas formas de fazer política que valorize um temário diversificado de ações, com uma “identidade diferente, construída a partir da relação com o outro, e não centrada exclusivamente no campo dos atores populares”. (GOHN, 2011, p. 24).

As inquietações desses novos sujeitos sociais, frente à exclusão e exploração das relações capitalistas, constituem-se em questões abrangentes de seu ativismo, pois, para eles, a luta não pode se esgotar somente na pugna por direitos, não pode se limitar aos direitos abstratos e universais.

Esta pesquisa mostra que, quanto à identidade, todos os seis coletivos pesquisados se afirmam como feministas, mesmo que dois deles (33,33%) possuam o entendimento de que comportam, em seus quadros, mulheres que, apesar de se reconhecerem como feministas, ainda não conseguiram estabelecer um aporte teórico, ou alguma corrente de pensamento, a ser seguida pelos seus membros. O relato de Ágata (45 anos), uma das mulheres ouvidas nesta pesquisa, ilustra este fato quando afirma que “apesar de levantar bandeiras de luta feminista, ainda não se discutiu qual vertente o coletivo segue”. (Entrevista, 2018).

O feminismo é definido por Nogueira (2001) como um movimento social cuja finalidade é a equiparação dos gêneros masculino e feminino, relativo ao exercício dos direitos civis e políticos. Trata-se de uma estrutura básica de consciência, um olhar, uma

ontologia de gênero (TORRES, 2005). As mulheres dos coletivos ouvidos na pesquisa têm clareza quanto à necessidade de racionalização que inspira a luta, um referencial teórico que ampare e dê âncora à ação desses coletivos, pois do contrário, suas ações cairiam no pragmatismo social estéril, um protagonismo vazio de grandes ideias e arcabouço teórico. A maioria afirmara adotar a perspectiva de interseccionalidade, como tendência teórica que norteia suas lutas.

O feminismo interseccional é ancorado nas acepções teóricas de Scott (1991, p. 2), que considera ser o gênero um conceito relacional, apresentando “analogia com a classe e a raça [...]. Uma visão política mais global das relações de gênero”. Isto, com efeito, não quer dizer que haja uma paridade entre estes três conceitos (gênero, classe e raça), mas sim uma interseccionalidade.

Esses coletivos, que se põem na perspectiva interseccional, adotam esta postura como estratégia para equilibrar a diversidade de posicionamentos e entendimentos acerca de suas pautas de discussões, envolvendo temas variados e polêmicos que compõem seu arco de reivindicação. É o que podemos depreender do relato da representante do Fórum de Mulheres de Manaus, quando indica que:

O Fórum é bem seleta e quando nos posicionamos, diante das discussões, se percebe as tendências de cada entidade ali representada. Muitos se reconhecem enquanto feministas, porém outros não, e isso gera intensas discussões nos encontros do fórum quando o assunto é relacionado à transexualidade, aborto etc. (Florismar, 57, entrevista, 2018).

O Fórum de Mulheres de Manaus é uma entidade mais antiga que as outras. Assume um feminismo mais tradicional e possui um referencial teórico mais próximo a Beauvoir (1970) e Scott (1991). As pessoas se organizam de forma livre e espontânea, e, no caso das mulheres, elas vão se forjando e se fazendo em meio ao coletivo, no mesmo momento em que vão tomando consciência de sua condição de mulher. Poder-se-ia tomar, como referência para a nossa análise, a categoria experiência elaborada por Edward Palmer Thompson (1924-1993), que ilumina, ainda nos tempos atuais, o processo de construção da consciência e a ação do sujeito.

Em Thompson, o foco das discussões é a ação dos sujeitos, seus costumes, suas culturas e rituais, que compõem o acervo da história que acontece no plano da experiência. Ele não está preocupado com o comando exterior à vida dos sujeitos, uma espécie de intelectual político, responsável pela formação de suas consciências, imprimindo-lhes os primeiros conceitos de política. Estes conceitos, como os de classe, estão “presentes no seu próprio fazer-se”. (THOMPSON, 1987, p. 9).

Em nossa pesquisa, capturamos esta ideia na fala de Ametista (27 anos), representante do Coletivo Rosa Zumbi, que se expressa da seguinte forma: “gênero [...] deve partir do entendimento do indivíduo ou da indivíduo” (entrevista, 2018). Vale lembrar, com Thompson (1981), que a experiência é, antes de tudo, uma experiência de vivência. Este autor reconhece a cultura como produção da história, dando entonação aos sujeitos como protagonistas e artífices da história. A fala de Ametista remete para a positivação do indivíduo como sujeito cognitivo e de voz autoral, aquele que tem as pegadas de uma prática construída na experiência dentro do seu contexto cultural.

A cultura e os saberes ecológicos, como sugere Santos (2006), desintoxicam a aspereza da razão, seus axiomas e fixidez demasiados. Dir-se-ia que os saberes ecológicos e descolonizados purificam os sentidos, de um modo que permite aos membros dos coletivos de mulheres partilharem um tipo especial de ternura e afetividade, posto que o tempo contemporâneo alivia e flexibiliza o sujeito que se posiciona com novas formas de viver e estar no mundo.

Estamos falando do “tempo contemporâneo cronologicamente indeterminado [...], mas que tem a capacidade singular de colocar em relação consigo mesmo todo o instante passado” (AGAMBEN, 2009, p. 71). Um tempo líquido em que “as realizações individuais não podem solidificar-se em posses permanentes (BAUMAN, 2009, p. 7). A informante retromencionada chama a atenção para o fato de que “as mulheres devem se fortalecer no que são, para, depois, desconstruírem toda a ideia de gênero imposta pela sociedade”. (Ametista, entrevista, 2018).

As pessoas se desterritorializam das ideias absorvidas no seu processo sociocultural, dessubjetivam-se, por assim dizer, de conceitos amorfos que já não lhes tocam a consciência, vivem sob os nexos de uma parrésia ou uma fala franca, nos termos foucaultianos, no sentido de que elas querem falar de si e de seus sentimentos, do amor, das dores das violências e idiossincrasias vividas no seu cotidiano. Maffesoli (2014, p. 133) considera que “Deus (e a Teologia), o Espírito (e a Filosofia), o indivíduo (e a Economia) cedem lugar ao reagrupamento”.

Ocorre, então, um deslocamento no centro de gravidade da política representativa, com retração de um dos seus cânones mais tradicionais que é o poder exercido pelos comandantes, pelos dirigentes, alguns valendo-se até do centralismo democrático,<sup>10</sup> para enquadrar as liberdades dentro das caixinhas ideológico-conceptuais. Os tempos são outros. Gohn (2014, p. 12) lembra que:

As manifestações de junho de 2013 no Brasil fazem parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente, críticos das formas tradicionais da política, tais como se apresentam na atualidade – especialmente os partidos e os sindicatos –, eles pregam a autonomia em relação a essa forma antiga, embora alguns possam ter articulações com alguns partidos mais radicais.

A forma de organização destes novos coletivos que fertilizam e reinventam a política de rua, com novas estratégias de ação, é muito próximo das discussões de Hall (2015), no que diz respeito ao descenramento da identidade, assunto com que nos ocuparemos mais à frente. Importa perceber, nestas discussões, que o sujeito se encontra num limiar de transição capaz de transformar as coisas ao seu redor, agindo de forma pragmática e, às vezes, até difusas e contraditórias, mas que conseguem plantar uma ideia e chamar a atenção da sociedade para a pertinência de suas pautas.

---

10 Centralismo democrático é associado a uma política que possui um comando, emanado de um partido político, a quem todos os filiados devem obedecer imperativamente, do contrário, aplicam-se sanções.

Estes movimentos, revestidos de uma “consciência política rebelde, órfã de aparatos [...] da política institucional [...], cumprem um papel de vanguarda revolucionária” (CARNEIRO, 2012, p. 13). E, como instiga Harvey (2012, p. 63), é preciso que essa ação “seja baseada em justiça social, igualdade e uma aproximação cuidadosa e consciente da relação com a natureza”. Isso deve ser lido à luz da exigência constante em Benjamin (1992), no que diz respeito à técnica e às mídias utilizadas nas experiências da vida humana. De fato, esses movimentos são providos pelo poder da mídia, da tecnologia da informação, também pela fertilidade do acaso, pela disciplina do imprevisto e do improvisado, que dão a forma horizontalizada do movimento.

Não se trata, por conseguinte, de atuar na política de maneira vaga ou irracional, mas de ousar pensar. Ousar pensar pela dobra, por desvio. Benjamin (1992) nos ensina a considerar a história como experiência social, que está no sujeito e não fora dele. Os novos coletivos de mulheres ousam pensar por desvio, o que tem contribuído para inspirar formas novas de interlocução, uma comunicação em rede, capaz de ressemantizar a luta política.

### **Os coletivos de mulheres e suas formas de organização social**

As mulheres são, sem sombra de dúvida, sujeitos sociais que contribuem para o avanço da história. Os novos coletivos de mulheres se inscrevem no campo da política, fazendo frente à lógica do capital, questionando o peso do patriarcado na vida delas, lutando contra as desigualdades e a falta de equidade entre os gêneros. Rolnik (2013, p. 12) chama a atenção para o fato de que “as propostas alternativas ao modelo dominante precisam ter seu tempo de formulação e experimentação [...]. Temos que aprender a não nos assustar com isso também e, como diz Mauro Luís Fasi, ‘devemos apostar na rebelião do desejo. Aqueles que se apegarem às velhas formas serão enterrados com elas’”. Paz e Mattos (2016, p. 18) expõem as argúcias deste tema, afirmando que “atualmente, existem diversos coletivos feministas no Brasil. As ideologias e preceitos podem mudar de um

para outro. No entanto, algo é certo. Todos lutam por uma só causa. Por mulheres unidas, trabalhando a sororidade entre elas e principalmente, o respeito pelo feminino”.

Esta análise, poder-se-ia acrescentar, se encontra, por certo, circunscrita àquilo que se convencionou denominar de lugar de fala. Um lugar da voz das mulheres, que dá significado à sua existência e que ressoa almejando equilíbrio nas relações sociais de gênero. São espaços onde elas podem falar em “frequentar bares, poder periguetiar e tudo mais” (PAZ; MATTOS, 2016, p. 11). Mas, também, onde elas podem falar:

[...] de igualdade entre os sexos. A diminuição do feminicídio. O direito pela escolha do aborto. Salários por mérito e não por questão de gênero. Poder usar saia curta, decote ou uma calça mais colada e não ser julgada pela vestimenta. Pelo fim da cultura do estupro. E por um mundo menos machista. (PAZ; MATTOS, 2016, p. 19).

O lugar de fala é aquele onde ocorre a nucleação dos sujeitos, lugar de expressividade e de liberdade de si e do outro, numa abertura para a ontologia das criaturas. Estamos falando de um espaço onde os sujeitos são protagônicos, onde suas falas não enfrentam gracejos ou chacotas,<sup>11</sup> embora o debate ocorra em meio aos antagonismos, posto que não se instala o pensamento único nesses grupos.

O lugar de fala das mulheres é uma estética ou o modo como elas se apresentam. Ele politiza o espaço político, politiza o afetivo. Há uma politização da estima de si, acompanhada de uma práxis, tem uma intencionalidade voltada para a discussão dos problemas que atingem as próprias mulheres. Enfim, é um lugar singular “sobretudo porque ajuda a despertar a consciência social e reeduca os sujeitos”. (TORRES, 2007, p. 157).

Cumpre-nos assinalar o fato de que esse sujeito descentrado, que assume uma subjetividade rebelde, que não se deixa capturar pela hierarquia dos comandantes, acaba sendo incompreendido e

---

11 É comum na sociedade de dominação masculina as mulheres serem desvalorizadas em suas falas com gracejos e chacotas, por parte de homens. (vide TORRES, 2005).

até excluído da ode dos movimentos tradicionais. Violeta (46 anos), ouvida nesta pesquisa, apresenta esta discussão da seguinte maneira:

Eu tenho acompanhado o movimento de mulheres desde 2009 de forma efetiva, e o que a gente tem percebido é que, às vezes, no próprio Conselho dos Direitos da Mulher, alguns movimentos são deixados de lado. Isso é triste [...]. Para a gente ter força, todos os movimentos são importantes. (entrevista, 2018).

Observe-se que Violeta dirige críticas àquele tipo de sujeito centrado, construído pela razão moderno-ocidental, o sujeito da revolução voltado para o enfrentamento da luta de classes. Desde o período da chamada modernidade “essa concepção de sujeito racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, tem sido conhecido como o sujeito cartesiano” (HALL, 2015, p. 19). O testemunho moderno, em sentido enfático, já não ecoa com força de autoridade. Ressurge, no tempo contemporâneo, o sujeito descentrado como constatamos neste estudo. Vive-se um “contemporâneo que mantém firme o olhar no seu tempo [...], que introduz no tempo uma essencial desomogeneidade” (AGAMBEN, 2009, p. 62-71). O contemporâneo guarda um secreto vínculo com o clássico, ou seja:

Algo como uma ‘faculdade’ de sentir se distingue do sentir em ato, de modo que este possa ser referido propriamente a um sujeito. Nesse sentido, a doutrina aristotélica da potência contém uma arqueologia da subjetividade, é o modo como o problema do sujeito se anuncia a um pensamento que não tem ainda essa noção. (AGAMBEN, 2015, p. 245).

O que nos leva a falar de um limiar epocal e crítico ao projeto de modernidade é a potência que o contemporâneo engendra, como uma força capaz de reabilitar a subjetividade, os sentimentos, a sensibilidade. Algo que leve à resintonização do humano, numa nova aliança com a natureza e com o pensamento ecológico. Um tempo em que possamos nos esforçar para assumirmos um perspectivismo feminino, em que a fronteira entre o público e o privado esmaça, no que diz respeito aos papéis de gênero, sem que isso signifique a condenação *a priori* de qualquer uma dessas fronteiras.

Nesse processo de descentramento do sujeito se estabelece uma ressonância com os arcanos do humano construídos em suas culturas, numa rejeição ao essencialismo do homem/mulher em base teórica. “O feminismo, tanto como a crítica teórica, quanto como um movimento social, tem impacto no descentramento do sujeito [...]. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade, uma identidade para cada movimento” (HALL, 2015, p. 27). O feminismo, prossegue o autor:

Questionou a clássica distinção entre o ‘dentro’ e o ‘fora’, o ‘privado’ e o ‘público’. O slogan do feminismo era ‘o pessoal é político’. Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social – a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças etc. [...] Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas [...]). O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade – a ‘humanidade’ –, substituindo-a pela questão da diferença sexual. (HALL, 2015, p. 27-28).

Um aspecto subjacente ao feminismo retratado por Hall, no âmbito do sujeito descentrado, é a não hierarquização adotada pelos novos coletivos examinados neste estudo, os quais se veem descolados dos cânones de organização política instituída por um comando. Há uma ruptura com essa hierarquia, ou melhor, com o poder encarnado pelo partido político, pelas centrais sindicais e movimentos sociais de abrangência nacional, que se notabilizaram no século XX, sob o fulgor de uma deontologia classista.

Os sujeitos descentrados vivem a sua liberdade, suas escolhas, por fora dos comandos. Vivem o presenteísmo nos moldes de uma comunidade emocional, como sinaliza Weber (1999) e reatualiza Maffesoli (2014), um gregarismo efêmero, vivendo uma espécie de libertação subjetiva, como anotou Bauman (2001). Os coletivos de mulheres, que compõem a amostra desta pesquisa, encontram-se articulados em rede, ao mesmo tempo em que apresentam características de politização bem distintas, como vimos no decorrer deste texto.

A articulação em rede com outros coletivos é ilustrativa deste momento do contemporâneo, o tempo das tribos urbanas, que se conectam por meio de redes de comunicação e outros dispositivos. A este propósito, Ágata, membro do coletivo Movimento de Mulheres por Moradia/Orquídea, assinala a articulação em rede nos seguintes termos:

É graças à rede de mobilização [...] que faz a gente não ser isolada na luta [...]. A gente sabe que, às vezes, se pudessem, alguns coletivos desta rede não colocariam a gente dentro, não consideram a gente como coletivo de mulheres, porque eles têm um conhecimento diferente do que seja movimento de mulheres. Mas, nós estamos dentro desta rede, a luta é coletiva. (entrevista, 2018).

Aparece aqui o eclipse da política, não só aquela do feminismo, que se notabilizou no século XX, pressupondo a existência de sujeitos centrados e com identidades fixas; o movimento operário, a burguesia. Há, por outro lado, o contemporâneo que pulsa e transborda em subjetividade e efemeridade, pondo no debate, de forma enfática, a estilização das diferenças com os respectivos lugares de fala, com um *ethos* de audácia e transgressão, abrindo fratura com a homogeneidade e a linearização do sujeito. O histórico movimento feminista mantém-se apegado às velhas tradições.

Castells (1999, p. 22) considera que há “um novo sistema de comunicação que fala, cada vez mais, uma linguagem universal [...], que promove a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura [...], ao gosto das identidades e humores dos indivíduos”. A comunicação em rede é uma ferramenta revolucionária, na medida em que não só dinamizou a comunicação, mas também contribuiu enormemente para o deslocamento das subjetividades, exercendo um papel seminal com largo alcance da organização social.

Giddens (1998, p. 22) afere essas discussões, afirmando que “o modelo em rede oferece um caminho para [...] construir um diálogo mais amplo, universal”. E, nessas redes, a espontaneidade e a liberdade de expressão ganham fôlego e se põem na arena das discussões,

às vezes, até de forma anárquica, o que não é o caso dos coletivos de mulheres aqui examinados. Não se pode deixar de perceber, em reciprocidade com Harvey (2012, p. 13), para quem “esses jovens indignados da Europa, assim como os insurretos *shabab* (jovens) do mundo árabe, são os que despertaram nova euforia política num mundo dominado pelos ideais de individualismo”.

Em nossa pesquisa, perguntamos à Cristal, membro do Coletivo Feminista Baré, de que forma o seu coletivo busca uma articulação em rede, e obtivemos a seguinte resposta:

Estamos em muitas frentes: Coletivo Negro Alexandria, Grito Anarquista, Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas, Rede Fulanas/Pará, Rede de Ciber Ativistas Negras, entre outras. Acreditamos muito que estar em rede (virtual ou não), é importante para a construção de um feminismo intersec... (entrevista, 2018).

Observe-se que há aqui um protagonismo socioeducativo articulado numa ampla rede de expressão de identidades, subjetividades e culturas, com forte presença da visibilidade negra e do orgulho negro. Essas jovens mulheres, agregadas em coletivos, são ávidas pelas ideias do livre pensar e falar, demarcando o lugar de fala do sujeito, “aquele sujeito que fala por si, sem coronelismo e mandonismo” (TORRES, 2007, p. 163). De acordo com esta autora, “a cidadania travejada pelo conflito capital/trabalho cede lugar ao protagonismo cultural, relacional e interseccional [...]. Vem sendo construída por dentro da teia de relações socioculturais”. (TORRES, 2007, p. 164).

A interseccionalidade, como vimos anteriormente, é uma perspectiva relacional presente no conceito de gênero, uma forma de operar com conceitos que têm afinidades em sua perspectiva epistêmico-social e político-social, como é o caso dos conceitos de classe e raça/etnia, que politicamente se relacionam com o conceito de relações de gênero (SCOTT, 1991). Outros conceitos como geração, nação e região, envolvendo pertença identitária de mulheres, também estabelecem intersecção com o conceito de gênero. (TORRES, 2005).

Rubi (27 anos), representante do Humaniza Coletivo Feminista, indagada acerca da articulação em rede, chama a atenção para a necessidade dessa ação para atender algumas demandas apresentadas, que escapam da competência de seu coletivo, a saber:

Nós fizemos uma parceria com as meninas do Instituto Manas, porque nós tínhamos uma demanda de mulheres que queriam judicializar e não tinham como pagar um advogado, e elas se dispuseram a oferecer esse serviço pro-bono. Também temos contato com outros coletivos daqui como o Coletivo Rosa Zumbi e também o Fórum Permanente de Mulheres. (entrevista, 2018).

Castells (1999) aponta para o fato de que as próprias redes de coletivos refletem e criam culturas distintas, sem controle de uma sobre as outras. Note-se que o Humaniza Coletivo Feminista necessitou de uma força colaborativa e, prontamente, encontrou no Instituto Manas uma partilha solidária. Estamos vivendo um tempo de cooperação solidária, as partilhas, traduzidas num vitalismo social ou numa vontade coletiva de querer contribuir com o outro. Maffesoli (2003, p. 169, 170) lembra que “o eterno feminino está em osmose natural com esse fluxo vital [...]. Uma relação com o mundo e com os outros, menos dogmática, mais aberta”.

Constatamos, nesta pesquisa, que os novos coletivos de mulheres constroem um diálogo fértil com outros coletivos, priorizando a dialogação em rede. Do mesmo modo, esses coletivos são bem recebidos pelas entidades mais antigas do feminismo local, como é o caso do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus, que é a entidade que aglutina vários movimentos sociais, em suas fileiras. De acordo com Florismar Ferreira, membro da diretoria do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus, “o fórum trabalha com a articulação dos coletivos na medida do possível, com o comprometimento de seus membros”. (entrevista, 2018).

O Fórum em questão é um lugar ampliado da fala instituída das mulheres da cidade de Manaus. É a entidade central que pensa e planeja a política de gênero de forma ampla, para além dos partidos políticos. É a força catalizadora das demandas das mulheres em suas

variadas manifestações e que busca articular, politicamente, formas institucionais de amparo a tais demandas. Bhabha (2013, p. 29), nota, com singular perspicácia, todas as implicações dessa situação assinalando que “o trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com o ‘novo’ que não seja parte do *continuum* de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural”.

É saudável o trato que o Fórum Permanente de Mulheres de Manaus dispensa aos novos coletivos de mulheres, um reconhecimento de que a política passa por mudanças significativas nas formas de fazer e empreender o protagonismo social, por meio da cultura. Trata-se de relações solidárias, afetivas, essencialmente aglutinadoras, que se distanciam do controle exacerbado dos tempos modernos.

### **Considerações finais**

Parece mais ou menos assente que a polêmica da modernidade acerca do sujeito tem encontrado contraponto na produção da história contemporânea, protagonizada por movimentos de rua que, embora não se autodenominem movimentos, mas sim coletivos, acabam interferindo nos rumos da história. Uma útil síntese das manifestações coletivas ocorridas nesta década, a partir de 2013 com a Juventude Árabe, é oferecida por David Harvey e outros pensadores, a qual recebe o título de *Occupy*, publicado em 2012.

Esta pesquisa não examinou as ações dessas manifestações, ainda que não possa prescindir delas, como novos ares fertilizadores e reestruturadores de estratégias políticas que contribuem para mudanças significativas nas relações republicanas e no trato com a coisa pública. Este estudo discute os novos coletivos de mulheres no tempo contemporâneo, voltando o olhar para a constituição do sujeito descentrado que vive o vigor do gregarismo, num ativismo social e político de expressão da sua subjetividade.

Esses coletivos se apresentam como sujeitos que se metamorfoseiam e se deslocam em suas ideias e pontos de vista de maneira leve, sem traumas, vivendo num constante vir a ser. São mulheres jovens, em sua maioria, que se aglutinam em coletivo para encontrar um sentido para suas vidas, uma comunidade emocional onde elas

sejam compreendidas, onde tenham um lugar de fala e que suas falas sejam validadas na diversidade de suas culturas e expressão política.

Um dado significativo que a pesquisa constata é que essas jovens mulheres não possuem nucleação partidária, em sua ampla maioria. Organizam-se em torno das grandes ideias do feminismo, mas nem todos os coletivos sabem informar qual a tendência do feminismo que adotam. Outro dado constatado é o fato de esses novos coletivos terem consonância com o movimento da sociedade global, pondo no debate novas formas de expressão e organização de gênero e da luta das mulheres, abrindo uma agenda de debates tanto acadêmico, quanto em articulação em rede com outros coletivos.

Poder-se-ia dizer, à guisa de conclusão, que os novos coletivos de mulheres examinados encontram-se no limiar do contemporâneo ou numa quarta onda do feminismo, respirando novos ares no âmbito de uma conceituação mais aberta e descolonizada, que remete para uma perspectiva ecológica do conhecimento. São organizações que comportam livre adesão, são descoladas de hierarquias, mas possuem uma programática tecida com temas de gênero e da luta das mulheres, e que se utilizam da expressão artística como a música e a dança de rua para se expressarem em suas subjetividades.

Ademais, cumpre-nos agradecer ao CNPq pelo apoio concedido a esta pesquisa com o recurso da bolsa, esperando poder ter elucidado questões centrais do nosso objeto de estudo, discutindo aqui somente um recorte do grande tema.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Traduzido por Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Traduzido por Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **A potência do pensamento: ensaios e conferências**. Traduzido por Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Traduzido por: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt **Vida líquida**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo I: fatos e mitos**. Traduzido por Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Traduzido por Maria Luz Moita, Maria Amélia Cruz e Manuel Alberto. Lisboa: Antropos, 1992.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Traduzido por Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BOBBIO, Norberto et. al. **Dicionário de política**. Traduzido por Carmen C. Varriale et. al. Revisão geral de João Ferreira e Luis Guerreiro Pinho Cascais. 4. ed. Brasília: UnB, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Traduzido por Mateus S. Soares Azevedo, Jaime A. Clasen, Sérgio H. de Freitas Guimarães, Marcus Penchel, Guilherme João Freitas Teixeira e Jairo Veloso Vargas. 9. ed. RJ: Vozes, 2012.

CARNEIRO, Henrique. Apresentação: rebeliões e ocupações de 2011. In. HARVEY, David et al. **Occupy**. Traduzido por João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Tradução: Roneide Venâncio Majer, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Traduzido por Luiz Orlandi e Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 1. Traduzido por Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: 34, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social: encontro com o pensamento social e contemporâneo**. Traduzido por Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Unesp, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, Maria da Glória. (Org). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Traduzido por: Thomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARVEY, David. Os rebeldes de rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, David et al. **Occupy**. Traduzido por João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. Traduzido por Rogério de Almeida e Alexandre Dias. São Paulo: Zouk, 2003.

MAFFESOLI, Michel. **Homo eroticus**: comunhões emocionais. Traduzido por Abner Chiquieri. São Paulo: Forense Universitária, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Traduzido por Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 7. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero**: feminismo e perspectivas teóricas na Psicologia Social. Braga, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2001.

PAZ, Aline; UANNA, Mattos. **Meu corpo, minhas regras**: violência contra a mulher e o feminismo no século XXI. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

ROLNIK, Raquel. Apresentação – as vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Unesp, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Traduzido por Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Traduzido por Denise Bottman. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Traduzido por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas amazônidas**. Manaus: UFAM, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas. **Humaitá**: ecos de um povo. Manaus: INPA, 2007.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Traduzido por Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.